

As parcerias público-privadas na educação ambiental: movimento histórico que secundariza as funções educativas da escola pública

Public-private partnerships in environmental education: a historical movement that marginalizes the educational functions of public schools

Las asociaciones público-privadas en la educación ambiental: un movimiento histórico que secundariza las funciones educativas de la escuela pública

Jefferson Justino Soares
Escola Municipal Evaldo Salles
sonpj@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma análise crítica das iniciativas de Educação Ambiental implementadas pela Escola Municipal Evaldo Salles em Cabo Frio, RJ. Ele enfatiza o papel da escola na promoção da consciência ambiental enquanto participa do Programa Bandeira Azul, que visa aprimorar as práticas sustentáveis nas áreas costeiras. A discussão destaca a necessidade de avaliar os programas educacionais para garantir que eles capacitem os alunos como agentes ativos de mudança em suas comunidades. Apesar dos esforços da escola, o artigo critica o impacto das parcerias corporativas que geralmente priorizam a marca em detrimento da transformação educacional genuína, sugerindo que essas iniciativas podem minar o engajamento crítico necessário para uma educação ambiental eficaz. As descobertas exigem uma reorientação da educação ambiental para promover uma consciência crítica e um envolvimento genuíno da comunidade, alinhando-se aos desafios socioambientais mais amplos.

Palavras-chave: Educação ambiental, engajamento comunitário, consciência crítica, parceria público privada na escola pública.

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2025 v.5 n.2 (jul-dez)	e-ISSN: 1980-9018
---------------------------------------	--------------	------------------------	-------------------



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Abstract: This article presents a critical analysis of Environmental Education initiatives implemented by the Municipal School Evaldo Salles in Cabo Frio, Brazil. It emphasizes the role of the school in promoting environmental awareness while participating in the Blue Flag Program, which aims to improve sustainable practices in coastal areas. The discussion highlights the need to critically evaluate such programs to ensure that they empower students as active agents of change within their communities. Despite the school's efforts, the article critiques the impact of corporate partnerships, which often prioritize branding over genuine educational transformation, thereby undermining the critical engagement required for effective Environmental Education. The findings call for a reorientation of Environmental Education toward fostering critical awareness and genuine community involvement, aligned with broader socio-environmental challenges.

Keywords: environmental education; community engagement; critical awareness; public-private partnerships in public school.

Resumen: Este artículo presenta un análisis crítico de las iniciativas de Educación Ambiental implementadas por la Escuela Municipal Evaldo Salles en Cabo Frio, Brasil. Se enfatiza el papel de la escuela en la promoción de la conciencia ambiental mientras participa en el Programa Bandera Azul, que busca mejorar las prácticas sostenibles en las áreas costeras. La discusión subraya la necesidad de evaluar críticamente dichos programas para garantizar que empoderen a los estudiantes como agentes activos de cambio en sus comunidades. A pesar de los esfuerzos de la escuela, el artículo cuestiona el impacto de las alianzas corporativas, que a menudo priorizan la visibilidad de la marca por encima de una transformación educativa genuina, debilitando así el compromiso crítico necesario para una Educación Ambiental efectiva. Los hallazgos exigen una reorientación de la Educación Ambiental hacia el fomento de una conciencia crítica y una participación genuina de la comunidad, en consonancia con los desafíos socioambientales más amplios.

Palabras clave: educación ambiental; participación comunitaria; conciencia crítica; asociaciones público-privadas la escuela pública.

Introdução

Neste artigo propõe-se uma análise crítica das ações de Educação Ambiental promovidas pela Escola Municipal Evaldo Salles, localizada no bairro do Peró, no município de Cabo Frio - RJ. A unidade de ensino, localizada nas proximidades da Praia do Peró, atua como unidade colaboradora do Programa Bandeira Azul de Cabo Frio, atuando nas atividades voltadas para Educação Ambiental.

Os problemas ambientais, que foram percebidos com maior intensidade no século XX, demandaram a necessidade de se buscar possibilidades para seu enfrentamento, com isso surgiu a Educação Ambiental que, segundo Layrargues e Lima (2014, p.26) "estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais."

À luz dos desafios ambientais prementes enfrentados pela sociedade, torna-se imperativo avaliar a eficácia de iniciativas educacionais como as implementadas na E. M. Evaldo Salles. Esses programas não visam apenas promover a conscientização, mas também capacitar os alunos como agentes ativos de mudança em suas comunidades. Por exemplo, a integração de questões ambientais locais no currículo pode aumentar significativamente a relevância da educação, alinhando-se com a abordagem crítica de educação ambiental que incentiva práticas reflexivas entre os alunos em relação a seus comportamentos e papéis sociais.

Além disso, como as escolas servem como centros vitais para o envolvimento da comunidade, elas têm o potencial de preencher a lacuna entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, contribuindo, em última instância, para um futuro mais sustentável. Ao cultivar uma cultura de gestão ambiental em ambientes educacionais, podemos equipar melhor as gerações futuras para enfrentar os desafios socioambientais que estão por vir.

O processo educativo, desse modo, passou a fazer parte das propostas de soluções para os problemas ambientais enfrentados, assinalando a educação como condição necessária para buscar caminhos para a reversão desses problemas. O Programa Bandeira Azul incorpora essa visão, e submete administrações públicas e privadas, que almejam receber a certificação, a se comprometerem

com a educação ambiental incorporando como critérios obrigatórios a certificação.

Porém, muitas vezes o impacto dos projetos empresariais na inserção da Educação Ambiental nas escolas apesar de contribuir para a inserção do tema nas escolas, não dialogam com os problemas candentes da escola pública, apontados pelo próprio MEC no relatório da pesquisa "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?" em 2006 e nem apresentam nenhum resultado que objetivamente rume na direção de processos emancipatórios.

Assim a inserção da Educação Ambiental nas escolas públicas, da forma como vem ocorrendo, fortalece a tese de robustecimento da escola pública que, segundo Algebaile (2009), foi ampliada para menos, ao longo da década de 1990.

Antes de tudo, a educação ambiental é educação (LAYRARGUES, 2011, p.85; SANTANA, 2005, p. 1), e assim como há diferentes concepções de educação, também há diferentes concepções de educação ambiental, podendo esta ser desenvolvida e realizada por meio de diversos caminhos.

A pesquisa busca analisar a participação da organização escola, como mediadora dessas legislações, políticas e até mesmo de ações privadas voltadas para educação ambiental, e suas práticas. Busca entender como a unidade de ensino, e suas atividades voltadas a temática, proporcionaram uma aproximação dos critérios voltados a educação ambiental do Programa Bandeira Azul, permitindo a administração municipal conquistar a certificação para Praia do Peró.

Mas também, como o papel da escola, precisa ir além da mera conformidade com as regulamentações ambientais e as participações em eventos e ações, geralmente contextualizados em garantir a empresas e instituições um simples rótulo de apoiador da temática. Precisa servir como um protagonista para um maior engajamento e conscientização da comunidade.

A inserção da educação ambiental nas escolas

A inserção da Educação Ambiental nas escolas públicas ocorreu no mesmo processo de robustecimento da escola pública brasileira, movimento que caracterizou a expansão do Ensino Fundamental. A escola no Brasil se expandiu, tornando-se um posto

avançado para a realização de numerosas ações - resolução de problemas de toda espécie: alimentação das crianças, vacinação da comunidade, ações contra a violência e educação ambiental - que são problemas gerais da sociedade (ALGEBAILÉ, 2009)

O processo acelerado de inserção da Educação Ambiental nas escolas evidencia o destaque que a temática ganhou, no mesmo contexto de expansão do Ensino Fundamental no Brasil. A configuração atual da escola pública é resultado de um processo de longa duração e não resulta de um único projeto, traçado de forma intencional. Esta configuração se conformou a partir de disputas, conflitos e acordos.

A escola, numa perspectiva crítica, é definida por Saviani (2003, p. 14) como "[...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado" e "[...] diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; a cultura erudita e não à cultura popular."

Nesta perspectiva, entendemos que a escola tem como função aproximar os educandos do saber historicamente construído pela sociedade e que pode auxiliar e instrumentalizar esses educandos a compreenderem que mudanças sociais são possíveis, desbancando a mera função técnica e instrumental de ensino e atuando como uma organização substantiva. Ramos (1981) afirma que projetos e práticas educativas têm como finalidade central o desenvolvimento integral dos sujeitos, a promoção de valores éticos, ambientais e sociais, e a formação de uma cidadania ativa e consciente.

Quanto à relação entre educação e mediação, consideramos que a abordagem de Cury (2000, p. 9) fornece-nos elementos que pode auxiliar-nos a entender a educação como mediação e sua importância no desenvolvimento e compreensão do fenômeno educativo e da prática social. Para Cury (2000), a mediação, juntamente com a contradição, a totalidade, a reprodução e a hegemonia são categorias ou instrumentos metodológicos que podem auxiliar na busca da compreensão do fenômeno educativo de maneira mais abrangente. O autor considera que, nas relações dos homens entre si e com o mundo, a cultura e os conhecimentos, produzidos na ação destes sobre a natureza, são elementos de mediação.

Saviani (2015, p. 35) considera que, na pedagogia histórico-crítica, a forma escolar de educação é priorizada por motivos de cunho histórico e teórico metodológicos e, que com a centralidade da categoria de mediação, a educação é compreendida como atividade mediadora. A prática social e as relações estabelecidas entre professor e aluno também são apresentadas por ele como elementos fundamentais para que o processo educativo se realize.

Nessa perspectiva, a mediação está presente em todos os momentos do processo pedagógico permitindo que os instrumentos culturais sejam incorporados e se transformem em elementos ativos para a transformação da sociedade. Além disso, por meio da mediação da ação pedagógica, o modo de compreender e viver a prática social são modificados qualitativamente (SAVIANI, 2015, p. 37-38).

Severino (2001, p. 44), por sua vez, concebe que a existência humana se dá por meio de ações e atividades práticas desenvolvidas na materialidade. Para ele:

A substância do existir é a prática. O existir é antes de tudo desdobrar-se pelo agir numa interação permanente e intensa com os dados da natureza material, com os outros sujeitos na sociedade e com as construções simbólicas, subjetivamente produzidas por sua consciência guardadas pela memória e objetivamente conservadas pela cultura. (SEVERINO, 2001, p. 44).

Nesse sentido, o autor comprehende que é por meio de ações concretas que a existência humana se realiza e é mediada, sendo a especificidade humana captada somente nessas mediações que são expressas em atividades práticas que se relacionam "ao trabalho, à sociabilidade e à cultura" (SEVERINO, 2001, p. 44).

A Educação Ambiental, em nosso entendimento, por ser uma prática educativa que contempla as questões ambientais relacionadas às questões sociais, também é mediadora, uma vez que os conhecimentos socializados e as ações realizadas em seu desenvolvimento constituem-se em elementos "da" e "para" a relação dos homens com a natureza. Os conhecimentos relacionados à

temática ambiental que são socializados e refletidos no âmbito escolar estão muitas vezes ligados a outros assuntos do cotidiano escolar, da vivência dos indivíduos e com suas ações diárias, com isso sua reflexão e sua prática podem permear todo o processo educativo dentro da escola, assim como as relações que se estabelecem fora do ambiente escolar.

Dessa mesma forma, consideramos que nos processos que se desenvolvem durante o trabalho educativo, relacionados à temática ambiental e as questões socioambientais, ideias e ações são mediadas na prática pedagógica e na prática social, por meio da socialização de conhecimentos relacionados à temática ambiental que promovam a reflexão de ações, que orientem novas reflexões e novas ações.

Nesse sentido, a educação ambiental, assim como a educação, pode ser mediadora de ideias e de ações executadas na prática social, enfocando conhecimentos e questões relacionados à temática ambiental e aos problemas socioambientais.

Teoria e prática na Escola Municipal Evaldo Salles

A Escola Municipal Evaldo Salles, atende uma média de 730 alunos, sendo a única escola do bairro do Peró, no município de Cabo Frio, a ofertar o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano de formação. Localizada a cerca de 450 metros da Praia do Peró, faixa de areia, marítima e de vegetação integrante do Parque Estadual da Costa do Sol - unidade de conservação que visa proteger áreas naturais de relevância ecológica, como: ecossistemas; sítios geológicos; e paisagens - mas que, permite também, atividades científicas, educacionais, de recreação e turismo ecológico. Criado pelo Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011.

A unidade de ensino que se robusteceu no fim da década de 90, e início do século XXI, ampliando seu número de vagas e oferta de séries, sempre foi ativa nas atividades voltadas a Educação Ambiental, realizando aulas de campo, ações de observação e catalogação das espécies e paisagens. Através de ações individuais de alguns docentes, e coletivas, de inserção do tema em seu Projeto Político Pedagógico. Esse histórico de ações garantiu a unidade uma certa referência em relação a ações voltadas para proteção do meio ambiente e a conscientização através da Educação Ambiental. A

unidade é convidada para compor projetos empresariais e públicos voltados ao tema frequentemente e geralmente atua em gincanas, ações sociais e programas de empresas e do poder público voltados ao tema.

A partir da segunda década dos anos 2000, quando a temática ambiental se amplia na sociedade nacional em geral. Sobre esse contexto, a sociedade civil do bairro do Peró se organiza para pleitear a inserção de sua faixa de praia no Programa Bandeira Azul - que visa promover o desenvolvimento sustentável em áreas de água e marinhais, o programa desafia as autoridades locais e os gestores de praia a alcançar altos padrões de qualidade em quatro temas: qualidade da água, gestão ambiental, Educação Ambiental e segurança - se tornando, na temporada 2018/2019, a primeira praia do interior do estado a conquistar a certificação, e a primeira do país a conquistá-la através de uma iniciativa da sociedade civil.

Como parte integrante desse movimento, coube a unidade de ensino, desde a fase piloto de requisição da certificação, promover e atuar de maneira incisiva nas ações de educação ambiental, cumprindo os critérios exigidos pela certificadora para o tema, e realizando as atividades anualmente, para manter o hasteamento da Bandeira Azul ao longo dos 7 anos seguintes ao primeiro hasteamento.

Ao promover parcerias com organizações locais e aproveitar a experiência dos educadores nas temáticas ambientais, a E. M. Evaldo Salles, pode aprimorar suas ofertas educacionais, criando uma experiência de aprendizado mais imersiva que transcende os limites tradicionais da sala de aula. Além de participar de outros projetos de pesquisa, voltados para a área ambiental com focos mais específicos.

Nesse contexto é possível citar a participação no programa Coast Snap (Projeto Mar a Vista), vinculado ao Laboratório de Geografia Marinha da UFRJ, que tem como objetivo a construção de conhecimento sobre o ambiente costeiro e marinho, unindo sociedade e universidade através de monitoramento participativo de praias, divulgação científica e educação ambiental. Além disso, destaca-se a participação em um dos capítulos do livro *Geografia marinha e cultura oceânica: Contribuições da geografia ao ensino sobre oceano e áreas costeiras na escola*, da pesquisadora Flávia Moraes Lins de

Barros, onde um dos docentes da unidade relata sua experiência de ensino sobre o tema junto aos alunos da unidade, e conta com a participação dos alunos nas ilustrações presentes no livro.

A escola também tem como prática pedagógica fomentar a participação dos alunos em feiras de ciências e tecnologias, levando os alunos, de forma orientada pelos docentes, a construírem trabalhos científicos para pleitear suas participações nesses eventos. Desde o ano de 2013, a escola tem frequentado as fases finais da Feira Estadual de Ciências e Tecnologias do estado do Rio de Janeiro, a FECTI-RJ, sendo, no ano de 2024, finalista com projetos específicos de educação ambiental produzidos pelos alunos. Os projetos: *Pesca Fantasma: Defesa do Meio Ambiente Marinho na Praia do Peró*, produzido por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental; *Descobrindo a Restinga: Trilhas Educativas, a Prática como Preservação*; e *o Reaproveitamento e Uso da Água: Conscientização no Uso do Ar-Condicionado*, ambos de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.

Acredita-se que essas e outras iniciativas como eventos de limpeza comunitária ou workshops sobre biodiversidade, não apenas reforçam o currículo, mas também instilam um senso de propriedade e responsabilidade entre os estudantes e suas famílias em relação às questões ambientais locais.

Essa abordagem participativa se alinha com a perspectiva crítica da educação ambiental, que enfatiza a importância da ação coletiva e da justiça social para enfrentar os desafios ecológicos (Sorrentino et al., 2005). Além disso, à medida que a escola cultiva essas conexões, ela pode contribuir para uma cidadania mais informada, capaz de defender práticas e políticas sustentáveis em sua comunidade, apoiando as metas do Programa Bandeira Azul e melhorando a integridade ecológica da Praia do Peró, mas também da sociedade como um todo.

Porém, as práticas e o histórico de ações da unidade escolar, muitas vezes são cooptados para parcerias e eventos públicos ou privados que reproduzem de forma perversa o *status quo*, contribuindo para a sociabilidade do empresariado ou de personagens políticos da região, sem considerar a transformação curricular (diretrizes, arranjo e conteúdo), a reorganização da carga horária

docente (gestão escolar) ou a formação continuada de professores, como proposto pelo MEC.

Exemplo dessas ações foi uma gincana de coleta de óleo usado, organizada pela companhia de águas que abastece a Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro. O evento envolve as escolas do município através dos alunos e utiliza o ambiente escola, gincana na qual a unidade escolar já foi a vencedora por dois anos consecutivos. Uma ação, amplamente divulgada pela companhia, que sociabiliza a sua marca em torno de temas como sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, mas que na prática gera como premiação um passeio cultural e a doação de detergentes à unidade escolar.

Ações como essa tem afastado a unidade de projetos públicos e privados que visam apenas, rotular marcas ou personalidades políticas em torno dos temas ambientais, e que estão longe de contribuir para o enraizamento da Educação Ambiental Crítica. Compreendida pelos gestores e professores, como ações e atividades que precisam centralizar o protagonismo na escola e nos alunos, e atender as diretrizes do MEC.

Considerações finais

A análise crítica das ações de Educação Ambiental na Escola Municipal Evaldo Salles revela um cenário preocupante em que a apropriação dessa temática por empresas e políticas públicas muitas vezes se traduz em meras estratégias de marketing, distantes de uma verdadeira transformação educacional e social. Embora iniciativas como gincanas, ações ambientais pontuais e eventos promovidos por empresas e políticas públicas possam parecer benéficas à primeira vista, elas frequentemente servem mais para fortalecer a imagem de marcas do que para engajar a comunidade em práticas sustentáveis e reflexivas.

Essa superficialidade nas abordagens não apenas desvia o foco das questões ambientais cruciais, mas também impede que a Educação Ambiental se torne um agente de mudança genuína, que deve priorizar a formação crítica e a conscientização dos alunos como cidadãos ativos e responsáveis. Portanto, é imperativo que as ações de Educação Ambiental nas escolas se afastem da lógica de apropriação comercial e se reorientem para um compromisso real

com a formação de uma consciência ambiental crítica, que promova a justiça social e o engajamento comunitário, alinhando-se efetivamente às diretrizes do MEC e aos desafios socioambientais contemporâneos. Somente assim poderemos garantir que a Educação Ambiental cumpra seu papel transformador e emancipatório, contribuindo para um futuro mais sustentável e equitativo.

É possível afirmar que os projetos das empresas estão longe de contribuir para o enraizamento da Educação Ambiental Crítica. Considerando que os empresários, fração da classe dominante, jamais poderiam romper com a ordem social de sua própria classe, é compreensível que seus projetos não se proponham a crítica aos antagonismos do capital. No entanto, nem mesmo nos limites propostos pelo MEC, após a pesquisa "O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?", a inserção da Educação Ambiental, fortemente marcada pela influência dos projetos empresariais, contribui para a melhoria da escola brasileira. Portanto, verifica-se que estes projetos não rompem com o movimento histórico que secundariza as funções educativas da escola pública no Brasil. Esta Educação Ambiental - de socialização de marcas e pessoas - se universaliza no contexto em que as escolas públicas se distanciam do projeto gramsciano de "escola desinteressada" (não imediatamente interessada) (GRAMSCI, 2010), tornando-se espaços de satisfação dos interesses privados, como no exemplo das empresas identificadas pela pesquisa.

A Educação Ambiental da forma que vem sendo proposta e inserida nas escolas, dependente das parcerias com empresas, não transforma, ela reforma e conforma. A inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar, principalmente no caso fortemente influenciado pelos projetos empresariais, reproduz de forma perversa o status quo, contribuindo para a sociabilidade do empresariado, sem considerar a transformação curricular (diretrizes, arranjo e conteúdo), a reorganização da carga horária docente (gestão escolar) ou a formação continuada de professores, como proposto pelo MEC.

Conclui-se que a Educação Ambiental se insere nas escolas públicas no movimento de robustecimento desta escola que se amplia, sem se consagrar enquanto modelo de democracia e qualidade. Ao mesmo tempo em que a classe dominante desenvolve intenso trabalho

de hegemonia (consenso), difundindo estratégias de inovação política, como a aproximação da Educação Ambiental, mantém a escola pública em seu contexto de depreciado, comprovando seu descompromisso com a universalização das políticas públicas.

Referências

- ALGEBAIL, E. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.
- ARNALDO, M. A. Políticas públicas de educação ambiental: as escolas de ensino fundamental I do município de Rio Claro-SP como espaço de mediação. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro - Rio Claro, 2016.
- BARROS, F. M. L. Geografia marinha e cultura oceânica: contribuições da geografia ao ensino sobre oceano e áreas costeiras na escola. 1. ed. - e-Book - Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de jun. de 2012, Seção 1 - p. 70.
- CURY, C. R. J. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000. 134p.
- FRIEDMANN, J. Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol - Anita Mureb (PECS). Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-Conservacao/parque-estadual-da-costa-do-sol/>. Acesso em maio de 2025.
- LAMOSA, R. A. C; LOUREIRO, C. F. B. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.2, p. 279-292, mai./ago. 2011.

- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998. LEHER, Roberto.
- LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, F.B; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R. S (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.p. 72-103.
- LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- LIMA, M. J. G. S. *O que fazem as escolas que fazem educação ambiental no Rio de Janeiro? Anais da 30a Reunião da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social*. Caxambu (MG), 2007(CD).
- PROGRAMA BANDEIRA AZUL PRAIAS - BRASIL. Critério e Notas Explicativas. Instituto Ambientes em Rede, 2019. Disponível em: <https://bandeiraazul.org.br/wp-content/uploads/2019/08/CRIT%C3%89RIOS-BANDEIRA-AZUL-PRAIAS.pdf>
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- SANTANA, L. C. Educação Ambiental: de sua necessidade e possibilidades. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON PROJECT BASED, 2005. Guaratinguetá, PBLTech 2005 - *International Workshop on Project Based - Leaming and New Technologie*. Guaratinguetá, 2005, p. 1-14.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8 ed. revista e ampliada Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 153 p. (Coleção educação contemporânea).
- SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.7, n.1, p.26-43, jun. 2015.
- SEVERINO, A. J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2001. 175 p.

SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como Política Pública. *Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.